

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ E OS SEUS 190 ANOS

Monalyza Andrade Nogueira¹

Taise de Almeida Vasconcelos²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a importância histórica, política e social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará ao longo de seus 190 anos de existência, destacando sua evolução institucional e suas contribuições para o desenvolvimento do estado. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, examina-se a trajetória da instituição desde sua criação no século XIX até sua configuração contemporânea, evidenciando o papel desempenhado na construção das políticas públicas, na consolidação da democracia e na representação dos interesses da sociedade cearense. Os resultados apontam que a Assembleia Legislativa não apenas acompanhou as transformações políticas do país, mas também se tornou protagonista em diversos processos legislativos e socioeconômicos que marcaram a história do Ceará. Conclui-se que compreender sua evolução é fundamental para reconhecer sua relevância no fortalecimento das práticas democráticas e no direcionamento do desenvolvimento estadual.

Palavras-chave: Poder Legislativo; Ceará; Parlamento.

1 INTRODUÇÃO

A Assembleia Legislativa do Ceará completa 190 anos como uma das instituições mais importantes da vida política e social do estado. Desde sua criação, em 1835, o parlamento cearense tem acompanhado as transformações históricas do Brasil, adaptando-se a diferentes contextos e ampliando seu papel na representação popular. Sua trajetória permite compreender não apenas a evolução das práticas legislativas, mas também as mudanças estruturais, sociais e econômicas que marcaram o Ceará ao longo de quase dois séculos.

Ao longo desse período, a Assembleia consolidou-se como um espaço essencial de debate, construção de leis e fiscalização do poder público. A atuação dos parlamentares, em diferentes momentos da história, contribuiu para definir

¹ Monalyza Andrade Nogueira

² Taise de Almeida Vasconcelos; Doutoranda em Políticas Públicas UECE; taise.almeida@uece.br

políticas públicas e orientar decisões que influenciaram diretamente o desenvolvimento do estado. Assim, revisitar seus 190 anos é uma oportunidade de reconhecer sua relevância, entender seus desafios e refletir sobre como a instituição continua moldando o futuro político cearense.

Como a Assembleia Legislativa do Ceará evoluiu ao longo de seus 190 anos e qual foi sua importância para o desenvolvimento histórico e político do estado?

Objetivo geral: Apresentar a importância da Assembleia Legislativa do Ceará ao longo de seus 190 anos, mostrando como ela evoluiu e contribuiu para a história do estado. Objetivos específicos: a) Descrever os principais momentos históricos da Assembleia Legislativa do Ceará ao longo de seus 190 anos; b) Identificar mudanças estruturais e administrativas ocorridas na instituição; c) Mostrar como a atuação da Assembleia influenciou o desenvolvimento social, político e econômico do Ceará; d) Destacar desafios e perspectivas para o futuro da instituição.

A escolha de estudar os 190 anos da Assembleia Legislativa do Ceará justifica-se pela importância histórica e institucional que o parlamento exerce na formação política do estado. Compreender sua evolução permite identificar como práticas legislativas, decisões políticas e transformações sociais foram construídas ao longo do tempo, influenciando diretamente a vida da população cearense. Além disso, analisar essa trajetória contribui para valorizar a memória institucional, reconhecer avanços, compreender desafios ainda presentes e fortalecer a participação democrática no cenário estadual.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e documental sobre a história e o funcionamento da Assembleia Legislativa do Ceará. Foram consultadas obras acadêmicas, registros históricos, legislações, documentos institucionais e materiais disponibilizados pela própria Assembleia, permitindo compreender sua evolução ao longo dos 190 anos. A análise desses conteúdos possibilitou identificar marcos significativos, mudanças estruturais e o papel político desempenhado pela instituição, oferecendo subsídios para uma reflexão crítica sobre sua trajetória e relevância para o estado.

A estrutura deste artigo organiza-se em cinco seções principais. Na introdução, apresentam-se o tema, a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos que orientam o estudo. Em seguida, o referencial teórico reúne contribuições de autores e documentos que sustentam a compreensão histórica e

institucional da Assembleia Legislativa do Ceará. A seção de metodologia detalha os procedimentos de pesquisa utilizados. A seção de análise discute a evolução da Assembleia ao longo de seus 190 anos, destacando seus marcos, transformações e impacto político para o estado. Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais resultados e reflexões, apontando contribuições e possíveis desdobramentos futuros do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Poder Legislativo no Brasil tem sido analisado por diversos pesquisadores que ressaltam sua importância na dinâmica do presidencialismo de coalizão e na produção de políticas públicas. Para Santos (2003), o Legislativo brasileiro não pode ser compreendido apenas como um espaço de aprovação automática das iniciativas do Executivo, mas como uma arena complexa de negociação, disputa e construção de consensos. A instituição exerce papel estratégico na mediação entre governo e sociedade, articulando interesses diversos e contribuindo para a qualidade do processo democrático ao exercer funções de deliberação, fiscalização e representação.

Além disso, estudos clássicos como os de Figueiredo e Limongi (1999) demonstram que o funcionamento do Poder Legislativo está intimamente ligado ao desenho institucional da Constituição de 1988, que fortaleceu mecanismos de organização interna e racionalização das decisões parlamentares. Os autores destacam que regras como o controle da agenda, a disciplina partidária e o papel das lideranças explicam a eficiência do processo legislativo e a capacidade de cooperação entre Executivo e Legislativo. Dessa forma, compreender a atuação legislativa implica reconhecer não apenas seus limites estruturais, mas também sua relevância para o equilíbrio entre poderes e para a consolidação da democracia brasileira.

O estudo da trajetória da Assembleia Legislativa do Ceará ao longo de seus 190 anos exige a compreensão do papel das instituições legislativas no contexto do Estado Democrático de Direito. Segundo a literatura da ciência política e da história institucional, os parlamentos representam espaços fundamentais de deliberação, produção de leis e fiscalização do poder executivo, sendo elementos centrais na consolidação da democracia e na organização administrativa dos estados

brasileiros. Autores que analisam o desenvolvimento político do Brasil destacam que as assembleias estaduais, desde o período imperial, funcionam como arenas de representação social, refletindo mudanças econômicas, sociais e culturais ao longo do tempo.

Nesse sentido, o resgate histórico da Assembleia Legislativa do Ceará insere-se em um debate mais amplo sobre a evolução do federalismo brasileiro, a formação das estruturas políticas estaduais e o fortalecimento das práticas legislativas como instrumento de participação e controle público.

2.1 O papel histórico das assembleias legislativas no Brasil

As assembleias legislativas estaduais têm origem no período imperial, quando surgiram como espaços de representação regional dentro de um modelo político ainda centralizado. Com a Constituição de 1824, criaram-se os Conselhos Gerais das Províncias, que funcionaram como embriões das futuras assembleias. A consolidação dessas instituições ocorreu com o Ato Adicional de 1834, que ampliou a autonomia provincial e permitiu a criação dos Parlamentos Provinciais, responsáveis por legislar sobre assuntos locais e contribuir para a organização administrativa das províncias. Ao longo da história constitucional brasileira, especialmente após a República e a Constituição de 1988, o papel das assembleias fortaleceu-se, consolidando sua função de produzir leis estaduais, fiscalizar o Executivo e representar os interesses da sociedade em âmbito regional.

A compreensão do papel das assembleias estaduais também exige uma análise do federalismo brasileiro, marcado por sucessivas reconfigurações de competências e poderes ao longo das constituições. No modelo federativo brasileiro, especialmente após 1988, os estados ganharam maior autonomia para legislar sobre questões regionais, estabelecer políticas públicas específicas e fiscalizar seus próprios executivos. Assim, as assembleias passaram a desempenhar um papel estratégico na articulação entre demandas locais e diretrizes nacionais, contribuindo para o equilíbrio entre unidade federativa e diversidade regional.

A literatura do federalismo destaca que, quanto maior a autonomia legislativa e a capacidade fiscalizatória, maior a possibilidade de os estados influenciarem seu próprio desenvolvimento, o que reforça a importância das assembleias como espaços decisórios e de representação cidadã.

Além da função normativa e fiscalizadora, os parlamentos exercem uma função social de grande relevância para o fortalecimento da cidadania. Nos estados brasileiros, as assembleias atuam como mediadoras entre a sociedade civil e o poder público, promovendo debates, audiências públicas, frentes parlamentares e mecanismos de participação popular. Essa dimensão social e educativa aproxima o cidadão do processo legislativo, contribui para a transparência institucional e reforça práticas democráticas.

Autores que estudam a legitimidade das instituições representativas apontam que a capacidade de dialogar com a sociedade e de tornar acessíveis suas atividades é essencial para o fortalecimento da confiança pública e para a construção de políticas mais eficazes e inclusivas (AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2004; GOHN, 2011). Nesse sentido, analisar a trajetória da Assembleia Legislativa do Ceará também implica compreender sua crescente abertura para a participação social ao longo das últimas décadas.

A interação entre a Assembleia Legislativa e o Executivo estadual constitui outro eixo central de análise, pois demonstra o equilíbrio de poderes e a dinâmica de governança. Historicamente, o Legislativo exerceu papel fiscalizador, propondo e aprovando leis que orientaram políticas públicas e monitorando a atuação do Executivo. Ao mesmo tempo, períodos de maior centralização política, crises institucionais ou mudanças constitucionais impactam diretamente a autonomia da Assembleia. Compreender essa relação permite avaliar não apenas a capacidade do parlamento de legislar e controlar, mas também sua função estratégica no fortalecimento da democracia e na promoção do interesse público ao longo dos quase dois séculos de história.

3 METODOLOGIA

Para realizar este estudo sobre os 190 anos da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE), optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental. O processo de pesquisa envolveu a coleta de diferentes tipos de fontes: documentos oficiais da ALECE, como constituições estaduais, leis, atas de sessões e comissões; obras acadêmicas e livros de história política do Ceará e do Brasil; e artigos de jornais e portais de notícias que reportam atos legislativos, projetos e acontecimentos recentes relacionados à Assembleia.

Além disso, utilizou-se legislação complementar relevante para compreender o marco normativo das assembleias estaduais no contexto federativo brasileiro.

A técnica metodológica consistiu na leitura crítica e na sistematização dessas fontes, com a finalidade de identificar marcos históricos, transformações institucionais, padrões de atuação legislativa e impactos sociais decorrentes da atividade parlamentar. Durante a análise, foram classificadas e organizadas as informações por eixos temáticos, tais como cultura, meio ambiente, cidadania, direitos sociais e institucionalidade, o que permitiu relacionar decisões legislativas a contextos históricos, políticos e sociais específicos do Ceará. Essa contextualização histórica foi fundamental para compreender como a ALECE se adaptou aos diferentes regimes políticos e às demandas sociais ao longo dos quase dois séculos de existência.

Por fim, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa sofre com a disponibilidade desigual de fontes para os períodos mais antigos, especialmente do século XIX, o que pode restringir a profundidade da análise histórica. Além disso, há dependência de registros oficiais e secundários, os quais podem apresentar lacunas ou interpretações divergentes. Ademais, a ênfase maior em leis e projetos recentes decorre da melhor documentação e acessibilidade desses materiais. Apesar dessas limitações, a metodologia adotada permite construir uma narrativa coerente e fundamentada sobre a evolução da ALECE, sua função institucional e seu impacto na história social e política do estado do Ceará.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise da trajetória da Assembleia Legislativa do Ceará ao longo de seus 190 anos evidencia sua evolução institucional, política e social, bem como seu papel estratégico no desenvolvimento do estado. Desde a criação da Assembleia em 1835, a instituição passou por diferentes períodos históricos, que moldaram seu funcionamento, composição e importância no cenário cearense.

4.1 A formação e evolução do Legislativo cearense

No Ceará, a Assembleia Legislativa foi instituída em 1835, acompanhando o processo de descentralização política do Império e iniciando sua atuação como

Parlamento Provincial. Desde então, a instituição passou por inúmeras transformações, refletindo os contextos políticos nacionais e as necessidades locais. Mudanças estruturais, alterações na composição dos parlamentares e adaptações às diferentes constituições moldaram seu funcionamento ao longo do tempo.

A consolidação da Assembleia como órgão essencial da vida política cearense intensificou-se no século XX, especialmente após o período de redemocratização, quando seu papel de representação, debate público e fiscalização tornou-se ainda mais relevante para o fortalecimento da democracia estadual. Assim, a evolução do legislativo cearense expressa não apenas a história institucional do estado, mas também as transformações sociais e políticas que marcaram a trajetória do Ceará.

Ao longo de seus 190 anos, a Assembleia Legislativa do Ceará consolidou importantes marcos legislativos que refletiram mudanças políticas, sociais e econômicas no estado. Entre eles, destacam-se a promulgação de leis que reorganizaram a administração pública estadual, a criação de políticas de educação e saúde, e iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional e à proteção de direitos sociais. Esses marcos evidenciam como o parlamento cearense não apenas acompanhou, mas também influenciou o ritmo de transformações do estado, adaptando-se às demandas da sociedade e às exigências de períodos históricos distintos, desde a província imperial até a contemporaneidade democrática.

Nos primeiros anos, a Assembleia Provincial desempenhou um papel limitado devido à estrutura centralizadora do Império, mas já se configurava como espaço de representação regional. As principais funções incluíam a elaboração de leis locais e o acompanhamento de políticas públicas, sempre em consonância com a legislação imperial. Esse período foi marcado pela construção de uma identidade legislativa própria e pela formação de práticas parlamentares que serviriam de base para o funcionamento futuro da instituição.

Com a Proclamação da República, a Assembleia passou a exercer maior autonomia, acompanhando o fortalecimento do federalismo e a descentralização do poder. No entanto, crises políticas, revoltas regionais e períodos de centralização, como durante a Era Vargas, limitaram temporariamente suas funções e autonomia. Ainda assim, a Assembleia manteve sua relevância, adaptando-se às mudanças constitucionais e às novas demandas sociais e econômicas do estado.

Após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1946, a

Assembleia passou a contar com mais instrumentos de fiscalização e participação, fortalecendo seu papel legislativo. A análise desse período revela como a instituição se aproximou da sociedade, incorporando debates sobre direitos civis, desenvolvimento econômico e políticas públicas regionais, consolidando sua função social e política.

Com a Constituição de 1988 e a crescente participação da sociedade civil, a Assembleia Legislativa do Ceará expandiu suas funções de fiscalização, transparência e promoção da cidadania. Hoje, a instituição atua não apenas na produção legislativa, mas também na mediação de demandas sociais, debates públicos e criação de políticas inovadoras. A análise contemporânea mostra uma Assembleia mais inclusiva, adaptável e central para a governança estadual, refletindo quase dois séculos de aprendizado institucional e compromisso com o desenvolvimento do Ceará.

Quadro 1: Constituição estadual e marcos institucionais

Aprovação de Constituições	Descrição
Aprovação de nove Constituições estaduais: 1891, 1892, 1921, 1925, 1935, 1945, 1947, 1967 e 1989.	Cada nova Constituição reflete conjunturas políticas diferentes e a reorganização institucional do estado, o que demonstra o papel da ALECE não só como legisladora, mas como guardiã da forma de governo e dos direitos civis e sociais no Ceará.

Fonte: elaboração própria, com base nas informações do site³

Essa atuação constituinte fortalece a importância da ALECE como pilar institucional do estado, capaz de revisar e redefinir normas fundamentais conforme mudanças de contexto político, social e histórico.

4.2 Legislação exemplares com impacto social e cultural recente

Nos anos mais recentes, e especialmente próximo aos 190 anos da casa, a ALECE aprovou diversas leis e projetos com visibilidade social, cultural e simbólica.

³ [Assembleia Legislativa do Ceará+1](#)

Alguns exemplos⁴:

A Lei Diana Pitaguary (Lei Estadual nº 17.041, de 2019), sancionada pela ALECE, instituiu no calendário oficial do estado a “Semana Diana Pitaguary” nas escolas indígenas do Ceará, com foco na conscientização sobre violência contra a mulher, feminicídio e importunação sexual entre povos indígenas. Essa lei demonstra a capacidade da ALECE de legislar em defesa de grupos vulneráveis e de promover políticas de conscientização e combate à violência.

A Lei Zé Maria do Tomé, aprovada pela ALECE, proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará, tornando o estado pioneiro nesse tipo de legislação ambiental entre os estados brasileiros. Isso representa um importante marco no campo da saúde pública, meio ambiente e direitos das comunidades rurais, refletindo a preocupação da casa com sustentabilidade, bem-estar e qualidade de vida.

Em 2025, a ALECE aprovou a Lei Nº 19.247/2025, que institui o Programa Ceará de Valores, voltado à formação cidadã de jovens, à valorização da identidade cultural cearense e ao desenvolvimento de competências para o século XXI. Essa iniciativa aponta para uma atuação legislativa com foco em educação, cultura e inclusão social, fundamentais para o desenvolvimento humano e social do estado.

Também recentemente, a ALECE aprovou leis para reconhecer expressões culturais e identitárias: por exemplo, a declaração do ofício e da culinária das mulheres marisqueiras como “de destacada relevância histórica e cultural do Estado do Ceará” (Lei Nº 19.197/2025), reconhecendo sua importância histórica, cultural, social e econômica.

Outro exemplo é o reconhecimento de manifestações culturais, municípios ou grupos como patrimônio cultural ou de relevância para o estado, demonstrando a preocupação com memória, identidade e valorização social. Esses exemplos mostram que a ALECE não age apenas no âmbito da legislação técnica ou administrativa, mas também como promotora de identidade cultural, justiça social, sustentabilidade e inclusão.

Por fim, a trajetória recente da ALECE evidencia que ela continua sendo um espaço institucional de articulação política, diálogo social e mediação de demandas comunitárias. A aprovação de leis de mérito social, ambiental, cultural ou de direitos

⁴ [Belt Al Ce](#)

humanos demonstra que o parlamento estadual permanece atento aos desafios contemporâneos do Ceará, assumindo responsabilidade em prol da população.

Além disso, como destacado em comemorações recentes ao aniversário de 190 anos, a ALECE reafirma seu compromisso com a democracia, a representatividade e o progresso do estado, atuando como palco de debates e decisões fundamentais ao longo da história e no presente.

4.3 A transparência na ALECE

A transparência constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento das instituições democráticas, especialmente no âmbito do Poder Legislativo. Filgueiras (2011) destaca que a transparência pública não se resume à divulgação de informações, mas envolve a criação de mecanismos que permitam ao cidadão compreender e fiscalizar a atuação estatal. No caso da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE), iniciativas relacionadas à disponibilização de dados sobre atividades parlamentares, orçamento, processos legislativos e estrutura administrativa reforçam o compromisso institucional com a abertura e o controle social. Essa prática contribui para ampliar a confiança da população e promover uma cultura política orientada pela responsabilidade pública.

Além disso, as práticas de transparência adotadas pelos Legislativos estaduais, como observa Pires (2018), aproximam as instituições da sociedade ao permitir que informações relevantes sejam apresentadas de forma acessível, atualizada e organizada. Na ALECE, ações como transmissões ao vivo, portais de dados abertos e ferramentas digitais de interação com o cidadão representam avanços significativos na modernização dos processos legislativos. Tais iniciativas facilitam o acompanhamento das sessões plenárias, das comissões técnicas e das proposições parlamentares, fortalecendo a capacidade de fiscalização por parte do cidadão e de organizações da sociedade civil.

Por fim, a transparência efetiva depende não apenas da disponibilidade de informações, mas da qualidade, padronização e clareza desses dados. Nesse sentido, os investimentos da ALECE em tecnologia, sistemas de gestão documental e plataformas digitais evidenciam uma agenda institucional orientada pela melhoria da governança e pela ampliação da accountability. A adoção de instrumentos alinhados a padrões nacionais de transparência ativa demonstra que a Assembleia

vem acompanhando as tendências contemporâneas de governo aberto, contribuindo para a consolidação de uma cultura política mais participativa, informada e democrática.

Além disso, a emissora institucional Alece TV (antiga TV Assembleia) foi fundada em 7 de abril de 2006 com a missão de tornar pública a atividade legislativa estadual, promover transparência, e preservar a memória e a cultura cearense. A Alece TV opera 24 horas por dia, todos os dias da semana, e dedica grande parte de sua programação à cobertura das sessões plenárias, das comissões parlamentares, além de produzir conteúdo jornalístico, cultural e educativo com produção própria.

Paralelamente, a Alece FM, emissora de rádio vinculada à ALECE, iniciou suas transmissões em caráter experimental em 6 de novembro de 2007, por força da legislação interna da Casa. A Alece FM tem como principal função transmitir ao vivo as atividades do Parlamento estadual, sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, reuniões de comissões e audiências públicas, e também difundir programas jornalísticos, culturais e de cidadania, alcançando públicos que consomem informação via rádio e áudio.

Nos últimos anos, a ALECE tem buscado integração entre seus meios de comunicação para ampliar o alcance e a acessibilidade das informações. Em 2024, a TV e a FM Assembleia foram renomeadas oficialmente para Alece TV e Alece FM, com novo logotipo e slogan “O Parlamento conectado com você” reforçando a ideia de um parlamento aberto e conectado à sociedade. Um exemplo concreto dessa integração é o programa Na Alece tem, veiculado simultaneamente na Alece TV, Alece FM e nas plataformas digitais da ALECE, com o objetivo de apresentar serviços da Assembleia, eventos, programas sociais e a rotina institucional de forma acessível ao cidadão.

Assim, Alece TV e Alece FM representam instrumentos estratégicos de democratização da informação e de aproximação institucional no Ceará. Ao garantir cobertura contínua das atividades legislativas, programação educativa e cultural, e múltiplos canais de acesso (TV aberta, rádio FM, internet, apps e redes sociais), a ALECE fortalece a transparência, a participação pública e o vínculo entre o Parlamento e a sociedade.

4.4 Projetos sociais e iniciativas de cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) tem ampliado, ao longo das últimas décadas, sua atuação em iniciativas voltadas para a promoção da cidadania, a inclusão social e o fortalecimento do vínculo entre o Parlamento e a população. Por meio do Comitê de Responsabilidade Social (CRS), a instituição coordena ações que envolvem sustentabilidade, governança, educação para a cidadania e atendimento ao público. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Casa com políticas de responsabilidade social que extrapolam a atividade legislativa tradicional, aproximando ainda mais o cidadão do cotidiano institucional.

Entre os projetos recentes com maior destaque está o Ceará de Valores, programa voltado para jovens de 14 a 29 anos que busca promover cidadania, habilidades socioemocionais, empreendedorismo e protagonismo juvenil. Lançado em 2024, o programa tem como objetivo alcançar 16 mil jovens distribuídos por todas as regiões do estado, fortalecendo políticas públicas de juventude e ampliando os espaços de diálogo entre a população jovem e o Parlamento estadual.

Outra iniciativa relevante é o LegiSimples, projeto que propõe a simplificação da linguagem utilizada pela ALECE em documentos, comunicações, proposições e materiais informativos, tornando-os mais acessíveis à população. A iniciativa integra o movimento contemporâneo de linguagem cidadã e transparência ativa, aproximando o Legislativo da sociedade e permitindo maior compreensão das atividades parlamentares por parte dos cearenses.

Além desses projetos formais, iniciativas da ALECE também têm influenciado políticas públicas fora da instituição. Um exemplo frequentemente citado é o caso do Espaço Girassol, programa de inclusão social da Prefeitura de Fortaleza voltado ao atendimento de crianças e jovens. Embora não seja um programa da ALECE, reportagens apontam que seu modelo de funcionamento foi inspirado em experiências desenvolvidas pelo Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil (Ciadi), criado durante gestão anterior na Assembleia. Assim, ainda que não seja sua iniciativa direta, o impacto institucional da ALECE pode ser identificado na formulação de políticas municipais de inclusão, evidenciando sua relevância social para além das fronteiras do Parlamento.

4.5 Escola Superior do Parlamento - Unipace

A Escola Superior do Parlamento Cearense - Unipace foi instituída em 2007

pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), com o objetivo de atuar como órgão de ensino, pesquisa e memória da Casa, promovendo o aperfeiçoamento do Poder Legislativo por meio da qualificação de servidores, agentes públicos e lideranças políticas, além do fomento a políticas públicas inovadoras. Desde sua criação, a escola se consolidou como um instrumento estratégico de formação, buscando aprimorar a gestão pública, capacitar profissionais do parlamento e fortalecer as práticas democráticas no estado.

A atuação da UNIPACE vai além da formação de servidores da ALECE: ela promove cursos, seminários, programas de extensão e parcerias com instituições públicas e privadas, voltados à educação legislativa, cidadania e participação social. Entre os cursos oferecidos estão especializações lato sensu, cursos de idiomas, educação continuada e programas de formação para lideranças comunitárias, estudantes e gestores municipais. Essas iniciativas ampliam o letramento político e fortalecem a conexão entre a sociedade e o Parlamento estadual.

Nos últimos anos, a UNIPACE consolidou sua relevância institucional, celebrando 18 anos de atuação em 2025, com a realização de diversos cursos e programas voltados à qualificação de servidores e à interiorização da educação legislativa. A escola representa, assim, um pilar para a modernização institucional, a democratização do conhecimento e o fortalecimento da governança pública no Ceará, destacando-se como referência em educação legislativa no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de seus 190 anos, a Assembleia Legislativa do Ceará consolidou-se como uma instituição central para a história política, social e administrativa do estado. A análise realizada evidencia que, desde sua criação em 1835, a Assembleia passou por diferentes contextos históricos, do período imperial à República, passando por momentos de centralização e redemocratização, adaptando-se às transformações políticas e sociais e fortalecendo sua função de representação e fiscalização.

A trajetória da Assembleia demonstra não apenas a evolução de práticas legislativas, mas também sua importância para o desenvolvimento regional, a criação de políticas públicas e a promoção da cidadania. Ao reconhecer seus marcos históricos, desafios enfrentados e avanços conquistados, é possível

compreender melhor o papel que a instituição desempenha na construção de uma democracia mais sólida e na mediação das demandas da sociedade cearense. Assim, os 190 anos da Assembleia Legislativa do Ceará representam não apenas memória histórica, mas também um compromisso contínuo com o futuro político e social do estado.

Apesar dos avanços identificados, esta pesquisa apresenta limitações que merecem atenção. Entre elas, destaca-se a dificuldade de acesso a dados históricos completos sobre determinadas práticas institucionais e programas sociais, bem como a limitação na análise de impactos quantitativos das iniciativas de transparência, educação legislativa e comunicação institucional. Além disso, a literatura disponível concentra-se em registros institucionais oficiais e publicações acadêmicas, podendo deixar lacunas quanto à percepção social direta sobre a atuação da Assembleia ao longo do tempo.

A partir dessa análise, delinea-se uma agenda futura de pesquisa e ação institucional. É recomendável aprofundar estudos sobre a efetividade de programas sociais, de educação legislativa (como a UNIPACE), e das mídias da ALECE (TV e rádio) na promoção da cidadania e da transparência. Pesquisas futuras também podem explorar a avaliação da participação social nos processos legislativos, a integração de novas tecnologias digitais e a mensuração do impacto das iniciativas de comunicação e governança na confiança pública. Essas investigações permitirão fortalecer o papel da Assembleia Legislativa do Ceará como espaço de representação, fiscalização e inovação, consolidando sua relevância para os próximos anos.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **LegiSimples: linguagem simples e direito visual**. Disponível em: https://web.al.ce.gov.br/noticias/630-alece-lanca-projeto-legisimples-com-foco-na-linguagem-simples-e-no-direito-visual?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Na Alece tem: serviços aos cidadãos**. Disponível em:

https://al.ce.gov.br/noticias/46231-fm-e-tv-assembleia-estreiam-na-alece-tem-que-apresenta-servicos-aos-cidadaos?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **UNIPACE completa 18 anos fortalecendo a educação legislativa no Ceará.** Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/noticias/51202-unipace-completa-18-anos-fortalecendo-a-educacao-legislativa-no-ceara?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **UNIPACE celebra 17 anos como referência de educação legislativa no Ceará.** Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/noticias/47711-unipace-celebra-17-anos-como-referencia-de-educacao-legislativa-no-ceara?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **UNIPACE: Institucional.** Disponível em: https://unipacealece.al.ce.gov.br/institucional?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **TV Alece.** Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/paginas/alece-tv?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Veículos da Assembleia Legislativa passam a se chamar Alece TV e Alece FM.** Disponível em: https://alece2030.al.ce.gov.br/noticias/477-veiculos-da-assembleia-legislativa-passam-a-se-chamar-alece-tv-e-alece-fm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **FM Assembleia celebra 16 anos de fundação.** Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/noticias/44632-fm-assembleia-celebra-16-anos-de-fundacao?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

AVRITZER, Leonardo. **Democracia e esfera pública no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FILGUEIRAS, Fernando. **Transparência e controle da corrupção no Brasil.** Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 40, p. 45-64, 2011.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos, conferências e fóruns: participação sociopolítica e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2011.

PIRÊS, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando a transparência pública: desafios e oportunidades.** Brasília: IPEA, 2018.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MICHENER, Gregory; BERSCH, Katherine. **Um estado mais transparente? Avaliando a transparência no Brasil.** Revista de Administração Pública, v. 47, n. 4, p. 889-916, 2013.